

Mercado de trabalho, desemprego e discriminação: Bahia 2001-2008

*Luís Abel da Silva Filho**

*Silvana Nunes de Queiroz***

*Maria do Livramento Miranda Clementino****

Resumo: A discussão acerca da seletividade no mercado de trabalho perpassa o arcabouço teórico e consolida-se nas evidências empíricas. O desemprego atinge sobremaneira os grupos sociais minoritários. Perante esse fato, este artigo tem como proposta central de investigação avaliar o mercado de trabalho e o perfil do desempregado no estado da Bahia. Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), e foram tabulados para os anos entre 2001 a 2008. Os principais resultados mostram redução na taxa de desemprego do primeiro ao último ano analisado, assim como aumento da participação de ocupados protegidos no trabalho de 4,1 pontos percentuais. No que concerne à caracterização do desemprego baiano, os registros mostram taxas mais elevadas para mulheres, não brancos e jovens, ratificando a literatura. Todavia, em relação ao desemprego segundo a escolaridade, as taxas de desemprego foram mais elevadas para a população com escolaridade entre 9 e 11 anos de estudo, sendo experimentadas as menores taxas por aqueles com escolaridade de 0 a 4 anos, contrariando o fenômeno observado no final dos anos de 1990.

Palavras-chave: Mercado de trabalho; Seletividade; Bahia.

Classificação JEL: J2; J20; J21.

* Mestre em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Professor do Departamento de Economia da Universidade Regional do Cariri (URCA) e pesquisador do Observatório das Metrôpoles, núcleo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Endereço eletrônico: abeleconomia@hotmail.com.

** Mestre em Economia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Professora Assistente do Departamento de Economia da Universidade Regional do Cariri (URCA), doutoranda em Demografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e bolsista FUNCAP. Endereço eletrônico: silvanaqueiroz@nepo.unicamp.br.

*** Doutora em Ciência Econômica pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professora Titular do Departamento de Políticas Públicas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e coordenadora da rede de Observatório das Metrôpoles, núcleo do UFRN. Endereço eletrônico: clement@ufrnet.br.

1 Introdução

As transformações econômicas mundiais do final do século XX e início do XXI permitiram modificações estruturais em economias emergentes e acentuaram problemas, em muitos casos, relacionados às questões sociais. Os principais achados, sobretudo nos países latino-americanos, denunciam, ainda, a elevada segregação sócio-ocupacional em suas várias formas de manifestação.

A discriminação por sexo, idade e raça/cor tornou-se premente no mercado de trabalho, sobretudo em economias subdesenvolvidas (Ozorio de Almeida; Alves; Graham, 1995; Marcoullier; Ruiz de Castilla; Woodruff, 1997; Márquez; Pagés, 1998). As manifestações do desemprego maximizaram os problemas em grupos sociais minoritários e ocasionaram a elevação das diferenças no tecido social.

No Brasil, a discriminação no mercado de trabalho se manifesta com elevada magnitude, através de inúmeras formas de expressão. Nesse cenário destaca-se a diferença salarial por sexo, raça/cor, idade e por região (Miro; Suliano, 2010; Silva Filho, 2011; Silva Filho; Amon-Há, 2011; Silva Filho; Queiroz, 2011).

No Nordeste, as diferenças no mercado de trabalho constatadas em estudos recentes são ainda mais acentuadas quando comparado com as demais regiões do país (Arraes *et al.*, 2008; Silva Filho; Queiroz, 2011). Vale destacar que o diferencial elevado na estrutura produtiva do país contribui para a segregação social e regional.

O estado da Bahia - “terra de todos os santos”- não ficou incólume a esse processo. O mercado de trabalho baiano registra marcante diferença nos seus postos de trabalho e ratifica a hipótese central desse estudo - de que o desemprego afeta com maior veemência os grupos minoritários: mulheres, negro (a)s, jovens e idosos (Silva Filho; Amon-Há, 2011).

Para atingir os objetivos propostos pelo estudo, o artigo está estruturado da forma que se segue: além da introdução, a segunda seção apresenta o cenário recente do mercado de trabalho no estado da Bahia, tendo como recorte temporal os anos entre 2001 e 2008; a terceira seção apresenta o perfil do desemprego recente por sexo, raça/cor, idade e escolaridade - foco central da investigação; e, por último, tecem-se algumas considerações finais.

2 Dinâmica do mercado de trabalho no estado da Bahia nos anos 2000

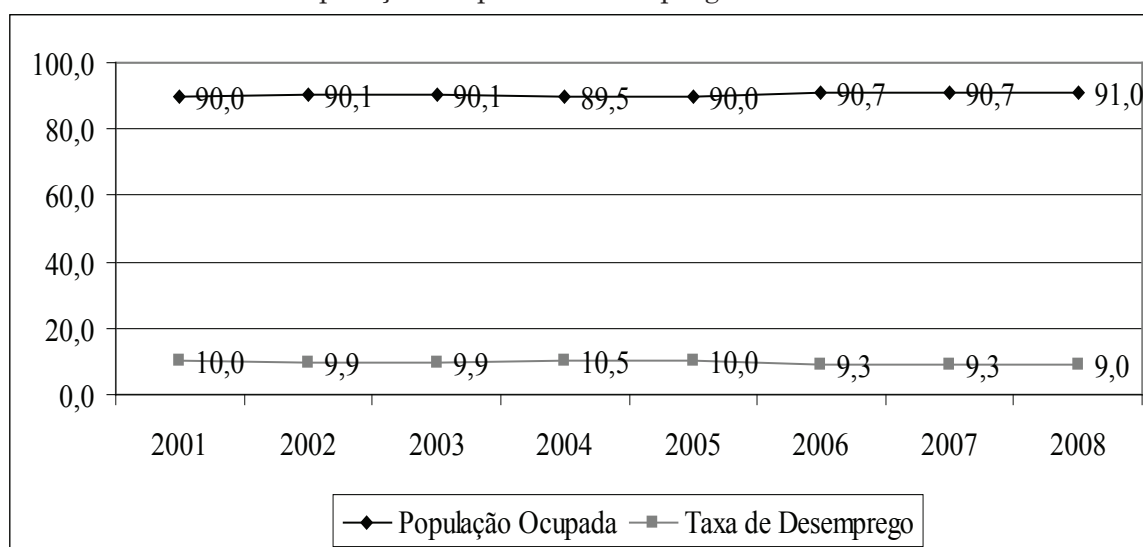
A evolução das formas de produção e a industrialização das regiões menos desenvolvidas sempre ocuparam lugar central nos discursos regionalistas das

políticas de desenvolvimento no Brasil. O crescimento da formação bruta de capital fixo regional vinculou-se a um modelo de industrialização nordestina pautado em incentivos fiscais, à luz dos dogmas neoliberais assistidos em todo o mundo, a partir dos anos de 1990, e com mais intensidade nas economias menos desenvolvidas.

O estado da Bahia, com privilegiada localização geográfica e agressiva política de isenção fiscal, conseguiu atrair investimentos pesados em tecnologia, além de atividades industriais trabalho/intensivo. Porém, a forte concentração produtiva na Região Metropolitana de Salvador (RMS) e em cidades de maior porte favoreceu um crescimento da produção em poucas localidades do estado. O desemprego, sobretudo, no tecido metropolitano (Silva Filho; Amon-Há, 2011) denuncia um mercado de trabalho segregacionista e desestruturado.

Mesmo que se tenha assistido a uma leve redução do desemprego aberto nos anos 2000, resultante de uma política desenvolvimentista nacional, o desemprego baiano ainda é significativo e pouco se modificou na estrutura observada no período em análise. No ano de 2001, o desemprego aberto no estado atingiu 10,0% da População Economicamente Ativa (PEA), sendo que a partir de 2005 a redução foi constante, com melhor desempenho do mercado de trabalho registrado no ano de 2008 (9,0%). Ou seja, entre 2001 e 2008, observa-se redução de somente 1 ponto percentual.

Gráfico 1 - População ocupada e desemprego na Bahia - 2001-2008



Fonte: PNAD, 2001 - 2008 / IBGE.

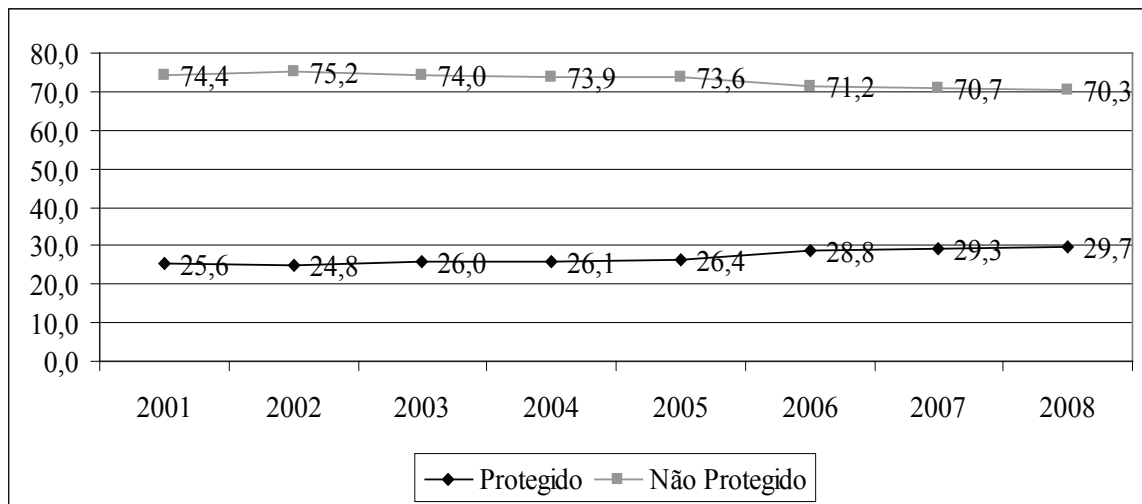
Considerando-se a totalidade do estado, a taxa de desemprego é inferior à observada na RMS. Isto porque a RMS detém as maiores taxas de desemprego metropolitano da região Nordeste, no mesmo período em questão (Silva Filho,

2011). Porém, vale frisar que a qualidade dos postos de trabalhos tanto em nível estadual quanto metropolitano reflete os resultados observados em outras unidades federadas da região Nordeste.

Além das informações postadas no Gráfico 1, relacionadas à taxa de desemprego aberto, é de suma importância enfatizar que a qualidade dos postos de trabalho também contam com a agravante proteção social dos ocupados. Esse critério de análise revela informações significativas no que tange ao registro e formalização da força de trabalho ocupada¹.

Em tal contexto, pode-se observar no Gráfico 2 que mais de 70,0% dos postos de trabalho, em todos os anos observados, apresentaram-se na informalidade no estado da Bahia. Sabendo-se que há elevado nível de vulnerabilidade no emprego informal, atesta-se, diante dos dados aqui expostos, a forte reprodução da informalidade no estado, que permaneceu praticamente inalterada ao longo do período em tela.

Gráfico 2 - População ocupada segundo a proteção no trabalho na Bahia - 2001-2008



Fonte: PNAD, 2001 - 2008 / IBGE.

Além disso, a informalidade do mercado de trabalho traduz-se em um fenômeno de elevado nível de desregulamentação das relações de trabalho e de ausência do estado, no que concerne à formalização de postos de trabalho na periferia do capitalismo (Pochmann, 1998; 1999; 2001). Diante disso, o estado baiano reflete, com elevado nível de veracidade, a ausência de organizações sindicais de grande envergadura e a falta de ação estatal em uma das regiões mais vulneráveis à expansão do emprego informal, mesmo no contexto de crescimento econômico nordestino nos anos 2000.

O elevado nível de informalidade nos postos de trabalho baianos

¹ Para fins desse estudo, consideram-se formais os postos de trabalho com carteira assinada, militares e estatutários.

permitiu que somente 25,6% dos ocupados, em 2001, satisfizessem as condições de formalidade nos postos de trabalho aqui definidas. Com isso, 74,4% dos ocupados em todo o estado não gozavam de proteção no trabalho naquele ano. A partir de 2003, assistiu-se ao movimento contínuo de elevação da formalidade nos postos de trabalho. Contudo, no último ano aqui observado (2008), haveria apenas 29,7% dos ocupados com registros formais no trabalho.

Diante de tal contexto, infere-se o grande poder do mercado em contratar mão de obra alheio ao regime determinado pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), concomitantemente o reduzido poder do estado e dos órgãos sindicais atuantes em defesa do trabalhador (Dedecca, 1998; 2005).

Na seção que se segue, tem-se a abordagem empírica do desemprego no estado da Bahia, diante das características socioeconômicas e demográficas aqui definidas.

3 Perfil do desemprego baiano - período de 2001 a 2008

Uma gama de estudos aponta para a vulnerabilidade socioeconômica e demográfica no mercado de trabalho, a partir da discriminação por sexo, raça/cor, idade e escolaridade no mercado de trabalho de economias em desenvolvimento². No Brasil, estudos de Leoni e Baltar (2010); Remy *et al.* (2011); Dedecca (2009), dentre outros, têm demonstrado o diferencial de gênero nos postos de trabalho e seus efeitos na remuneração dos ocupados.

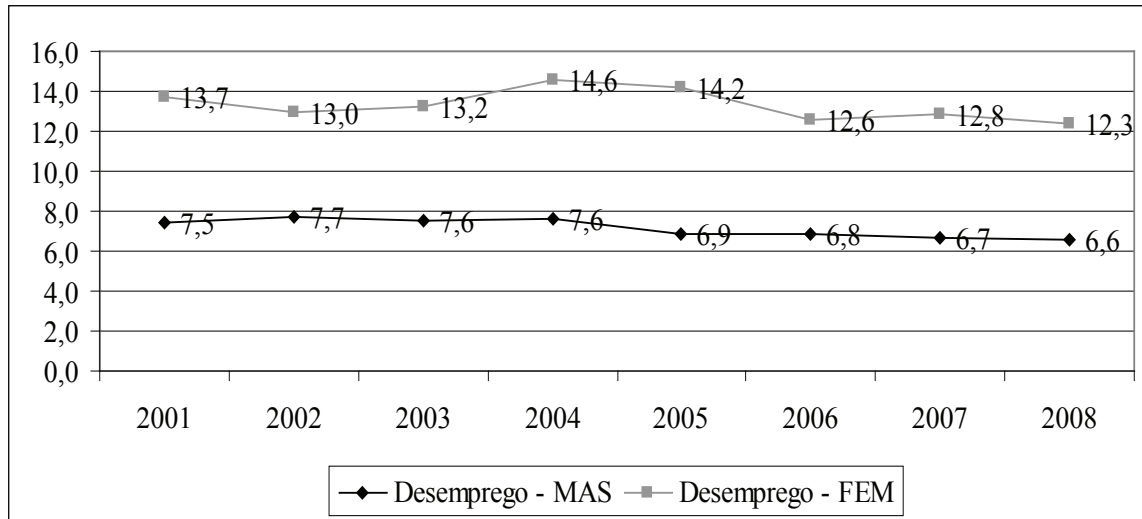
No Nordeste, Silva Filho e Queiroz (2011) encontraram diferenças acentuadas para a força de trabalho ocupada quando comparada por sexo. Além disso, no Rio Grande do Norte, o emprego industrial têxtil revela diferenças acentuadas entre homens e mulheres, no que se refere à rotatividade, escolaridade e remuneração, sendo elas detentoras de menores salários, ainda que possuam mais anos de estudos na comparação com o sexo masculino (Silva Filho, 2010).

Adicionalmente, o desemprego feminino é mais elevado no Brasil (Leone; Baltar, 2010; Bastos, 2010) e no Nordeste, sobretudo o metropolitano (Silva Filho, 2011). Diante de tal achado, o Gráfico 3 indica a inserção da Bahia no contexto ora apresentado. Em 2001, o desemprego feminino atingiu 13,7% da PEA contra 7,5% dos homens.

Além disso, o desemprego feminino chegou a 14,6% em 2004, afetando apenas 7,65% da PEA masculina. No último ano observado, a taxa de desemprego para as mulheres baianas foi inferior ao observado em 2001, mas ainda com participação de 12,3% delas no desemprego. Já para os homens, o desemprego registrado pela PNAD foi de 6,6% no mesmo ano.

² Ver, por exemplo, Funkhouser, 1996; Freije, 2001; Hirata, 2009, dentre outros.

Gráfico 3 - População desocupada segundo o sexo na Bahia - 2001-2008



Fonte: PNAD, 2001 - 2008 / IBGE.

Diante disso, mesmo com o ligeiro aumento nos registros de mulheres no mercado de trabalho, e diante de um quadro de mudanças culturais e sociais, que requer maior participação feminina nas ocupações (Leone, 2003; Arrais *et al.*, 2008; Silva Filho; Queiroz, 2009; Leone; Baltar, 2010), elas ainda enfrentam elevadas taxas de desemprego e são mais atingidas no mercado de trabalho nacional, regional e estadual no que se refere ao desemprego aberto e condições de trabalho.

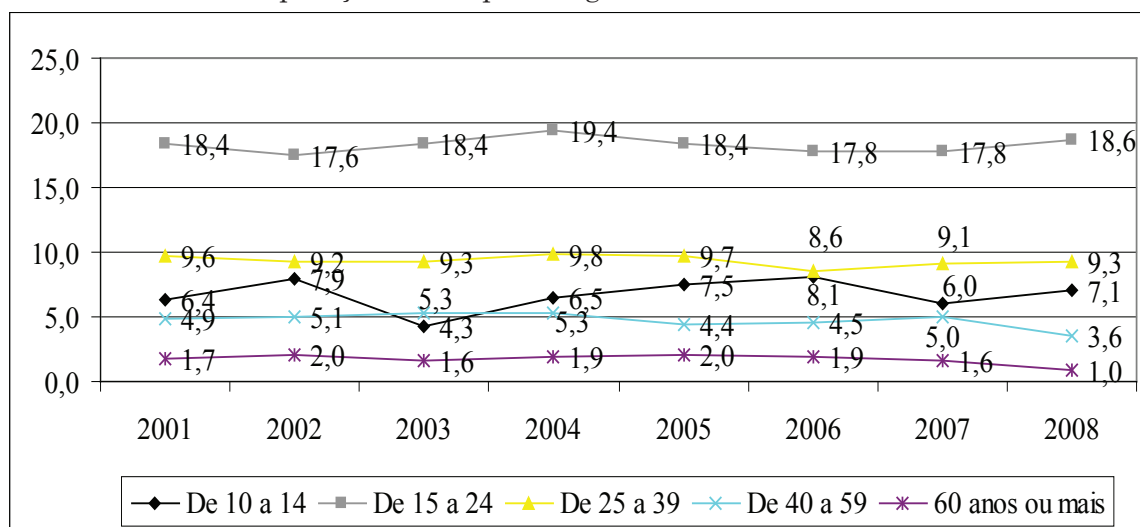
Em relação à idade, os resultados ratificam a literatura latino-americana (Funkhouser, 1996; Marcoullier *et al.*, 1997; Márquez; Pagés, 1998; Freije, 2001) e mostram maiores taxas de desemprego juvenil e de jovens com idade entre 15 e 24 anos, em detrimento das demais faixas. Adicionalmente, a mão de obra jovem adulta, com idade entre 25 e 39 anos, enfrenta elevadas taxas de desemprego no estado da Bahia.

Cabe destacar ainda as menores taxas de desemprego para a força de trabalho com idade de 60 ou mais anos. Porém, estudos recentes (Silva Filho, 2011) têm mostrado maior incidência de informalidade para eles. Assim, ocupam eles postos de trabalhos mais precários, seja pela necessidade de manterem-se na ativa para complemento da renda familiar, seja pelo fato de não conseguirem melhores empregos e sujeitarem-se a ocupar qualquer posto de trabalho que lhes for oferecido.

As faixas etárias mais atingidas pelo desemprego enfrentaram taxas de 18,4% e 9,6%, em 2001, para aqueles com idade entre 15 e 24 anos e 25 e 39 anos, respectivamente. Em 2008, eleva-se o desemprego para os primeiros (18,6%) e reduz-se levemente para aqueles com idade entre 25 e 39 (9,3%). Esse resultado evidencia desemprego maior para as faixas etárias que concentram

maiores participações de pessoas ativas no mercado de trabalho.

Gráfico 4 - População desocupada segundo a idade na Bahia - 2001-2008



Fonte: PNAD, 2001 - 2008 / IBGE.

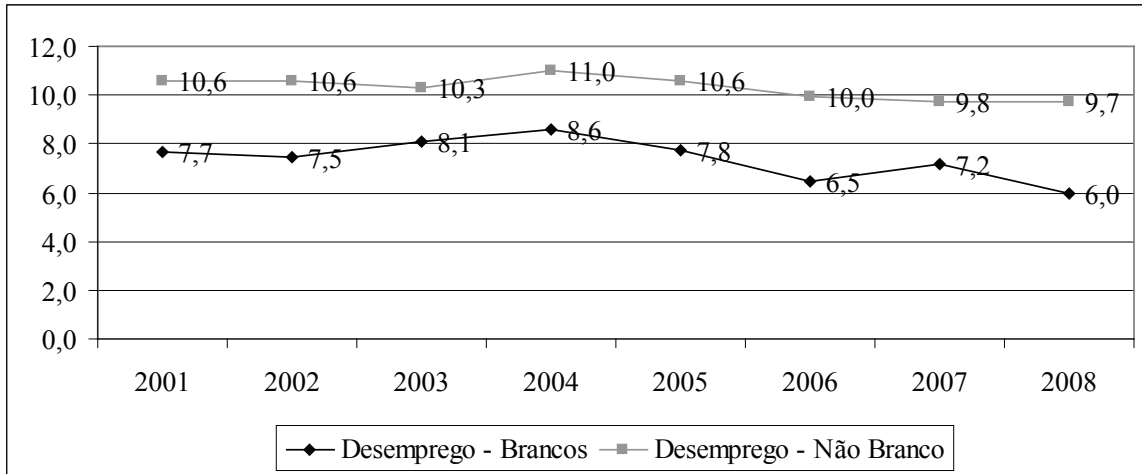
Além da variável idade, há outra característica vulnerável ao desemprego baiano: raça/cor. Essa característica demográfica é determinante para o desemprego em estudos já realizados e mostra o nível de empregabilidade, sobretudo em países periféricos (Funkhouser, 1996; Marcoulier *et al.*, 1997; Márquez; Pagés, 1998; Freije, 2001). Desta feita, em toda a série, contata-se que a população não branca³ apresenta maiores taxas de desemprego em relação à população branca.

Em 2001, quando a PNAD foi a campo, encontrou 10,6% da PEA não branca desempregada, com 7,7% do desemprego registrado para os brancos. Mesmo com a redução do desemprego para os não brancos, registrou-se ainda 9,7% deles desempregados em 2008. Para aqueles que se declararam brancos à pesquisa, a taxa de desemprego foi de 6,0% no mesmo ano.

Diante dos resultados observados no Gráfico 5, tem-se que o desemprego no estado da Bahia não foge ao perfil do registrado em países da América Latina e, mesmo sendo esse estado caracterizado demograficamente por elevada participação de não brancos em seu território, o desemprego afeta com mais cólera essa população comparativamente às demais. Além disso, sabe-se que a variável raça/cor, em pesquisas domiciliares, a exemplo da PNAD, é ainda subavaliada, o que pode esconder resultados mais agravantes no desemprego na Bahia.

³ Consideram-se não brancos os pretos e pardos. Os amarelos e índios foram excluídos da amostra por apresentarem pouca representatividade.

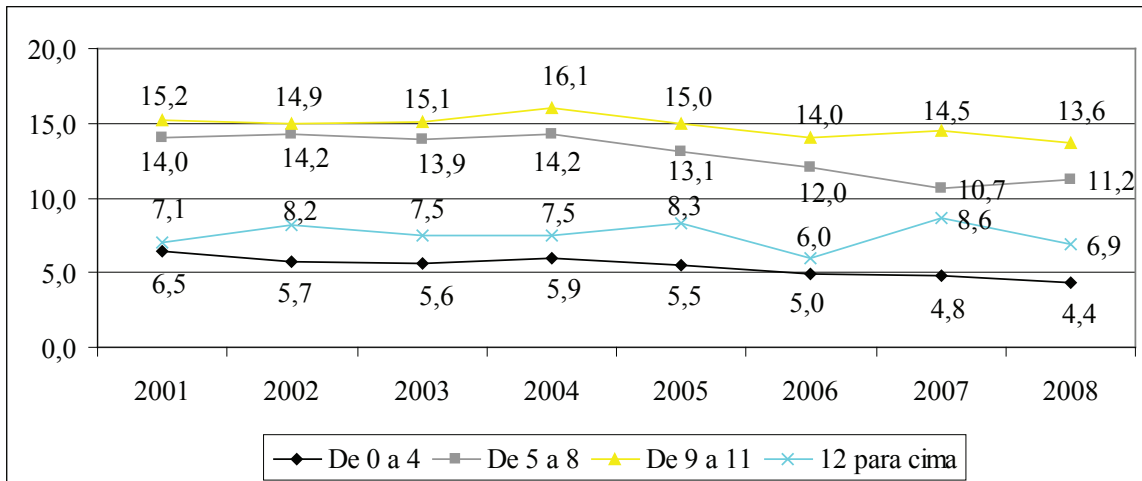
Gráfico 5 - População desocupada segundo raça/cor na Bahia - 2001-2008



Fonte: PNAD, 2001 - 2008 / IBGE.

No que concerne ao desemprego, segundo a escolaridade da PEA desocupada, os resultados revelam divergências acentuadas ao longo dos anos. Cabe aqui destacar que as menores taxas de desemprego aberto foram encontradas para a PEA com escolaridade entre 0 e 4 anos. Foram registradas taxas de 6,5 e 4,4% em 2001 e em 2008, respectivamente.

Gráfico 6 - População desocupada segundo os anos de estudo na Bahia - 2001-2008



Fonte: PNAD, 2001 - 2008 / IBGE.

Além da faixa citada acima, aqueles com escolaridade acima de 12 anos também experimentaram baixas taxas de desemprego em relação às demais. Em 2001, a PEA com a quantidade de anos de estudo acima estabelecida vivenciou desemprego de 7,1%, reduzindo-se no ano de 2008 a 6,9 pontos percentuais.

Diante do exposto, cabe mencionar os extremos da escolaridade da PEA

como condicionante da redução no desemprego. Por um lado, a taxa de ocupação dos menos escolarizados pode estar relacionada ao aquecimento da economia do país e à importância acentuada da construção civil na geração de postos de trabalho; e, por outro, as taxas de desemprego menores para a PEA mais escolarizada refletem apenas a importância da educação como condicionante para a aquisição de vagas no mercado de trabalho.

Não se pode, portanto, ter a mesma interpretação para a faixa de escolaridade com 9 a 11 anos de estudo. Para esses, registraram-se as maiores taxas de desemprego aberto ao longo dos anos. Em 2001, constatou-se taxa de desemprego de 15,2%, reduzindo-se para 13,6% no ano de 2008. Além desses, os que tinham escolaridade entre 5 e 8 anos também experimentaram desemprego elevado no mesmo período, a saber, 14,0% em 2001 e 11,2% em 2008.

No contexto em que se insere a análise, faz-se pertinente levar em consideração que o nível de escolaridade não é mais determinante de garantia de vagas no mercado de trabalho, sobretudo no Nordeste (Santos; Moreira, 2006). Sabe-se, por exemplo, que a mão de obra mais vulnerável é menos seletista na escolha de trabalho, o que não garante que esses ocupados tenham qualquer nível de qualidade na ocupação. A ocupação deles pode estar relacionada a maiores taxas de desemprego da PEA com escolaridade de 9 a 11 anos, fazendo-os preferir ‘esperar’ por mais tempo melhores oportunidades de trabalho, ante a conjuntura do cenário econômico baiano.

4 Considerações finais

O artigo teve como objetivo avaliar o mercado de trabalho na Bahia nos anos de 2001 a 2008. A hipótese central do estudo reconhece a discriminação no mercado de trabalho, com maior vulnerabilidade ao desemprego registrado de mulheres, jovens, não brancos e menos escolarizados. Os dados são oriundos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios e refletiram o resultado esperado para a maioria das variáveis componentes da investigação.

No que tange ao desemprego, constatou-se relativa estabilidade nas taxas registradas ao longo dos anos. Porém, no que se refere à formalidade dos postos de trabalho, apreciou-se a baixa performance ao longo dos anos. Entre 2001 e 2008, mais de 70,0% dos postos de trabalhos na Bahia eram informais. Tal desempenho corrobora a baixa participação sindical no poder de admissão de mão de obra, além da baixa capacidade de fiscalização do estado em acompanhar o processo de contratação de trabalhadores em obediência ao regime da CLT.

Nesse sentido, os resultados encontrados corroboram os achados na literatura internacional, nacional e regional, segundo o qual a força de trabalho feminina está mais exposta ao desemprego aberto. Além disso, a mão de obra

jovem, entre as faixas etárias de 15 a 24 anos e 25 a 39 anos, é relativamente maioria no desemprego na Bahia.

A variável raça/cor mostrou resultado semelhante ao observado na literatura. A PEA não branca experimentou maiores taxas de desemprego ao longo dos anos analisados, ratificando a hipótese de que o desemprego afeta os grupos minoritários. Mesmo sabendo-se que o estado da Bahia comporta a maioria absoluta de sua população da raça/cor não branca, os resultados mostraram segregação racial no mercado de trabalho.

Diferentemente do esperado, o desemprego aberto na Bahia atingiu a PEA com escolaridade mais elevada, em comparação àqueles com menos anos de estudo. Provavelmente o melhor desempenho das ocupações para os menos escolarizados decorre de elevados investimentos, em anos recentes, tanto do setor público quanto privado na construção civil, além de atividades no comércio e serviços.

Diante disso, os resultados ratificam parcialmente a seletividade no mercado de trabalho baiano e a discriminação por grupos sociais. Assim, torna-se pertinente uma política de estado voltada a atuar com mais eficácia no mercado de trabalho, regulamentando as relações trabalhistas e dando maiores oportunidades àqueles menos favorecidos pelos fatores socioeconômicos e demográficos.

Referências

- Arraes, A. K. M.; Queiroz, S. N.; Alves, C. L. B. (2008). “Mercado de trabalho formal na indústria: comparativo entre as regiões Nordeste e Sudeste nos anos de 1994 e 2004”. *Anais do II Encontro Internacional Trabalho e Formação de Trabalhadores*. Fortaleza: LABOR/UFC.
- Bastos, R. L. A. (2010). “Desemprego metropolitano no Brasil -1999-2007”. *Anais do Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Populacionais - ABEP*. Caxambú - MG.
- Dedecca, Cláudio Salvadori. (2005). *Racionalização econômica e trabalho no capitalismo avançado*. 2ª ed. Campinas: Unicamp, IE.
- Dedecca, Claudio Salvadori. (1998). “Reestruturação produtiva e tendências do emprego”. In Oliveira, Marco Antonio de. (Org.). *Economia e trabalho*, cap. 10, p. 163-185, Campinas: IE/Unicamp.
- Dedecca, C. S. (2007). “Regime de trabalho, uso de tempo e desigualdade entre homens e mulheres”. URL[on-line]: <http://www.fcc.org.br/seminario/Dedecca.pdf>. Acesso em: 07 de outubro de 2009.
- Freije, S. (2001). “El empleo informal en America Latina y el Caribe: causas, consecuencias y recomendaciones de política”. Banco Interamericano de Desarrollo, *Primer Seminario Técnico de Consulta Regional sobre Temas*

Laborales.

- Funkhouser, E. (1996). "The urban informal-sector in Central America: household survey evidence". *World Development* 24(11): 1737-1751.
- Hirata, H. (2009). "A precarização e a divisão internacional e sexual do trabalho". *Revista Sociologias* 11(21): 24-41.
- Leone, E. T. (2003). "O trabalho da mulher em regiões metropolitanas brasileiras". In: Proni, M. W.; Henrique, W. (Org.). *Trabalho, mercado e sociedade - O Brasil nos anos 90*. Campinas: UNESP: Instituto de Economia da UNICAMP.
- Leone, E. T.; Baltar, P. E. A. (2010). "População ativa, mercado de trabalho e gênero na retomada do crescimento econômico". *Anais do XVII Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Populacionais - ABEP*, Caxambu.
- Marcoullier, D.; Ruiz de Castilla, V.; Woodruff, C. (1997). "Formal measures of the informal-sector wage gap in Mexico, El Salvador and Peru". *Economic development and cultural change* 45(2): 367-392.
- Márquez, G.; Pagés, C. (1998). "Ties that bind: employment protection and labor market outcomes in Latin America." *Inter-American Development Bank Working Paper* 373.
- Miro, V. H.; Suliano, D. C. (2010). "Ceará: terra da luz para igualdade racial?". *Anais do VI Encontro de Economia do Ceará em Debate*, Fortaleza.
- Ozorio de Almeida, A. L.; Alves, L. F.; Graham, S. M. (1995). "Poverty deregulation and employment in the informal sector of Mexico". *World bank, education and social police department*.
- Pochmann, M. (1998). "Desemprego e políticas de emprego: tendências internacionais e o Brasil". In Oliveira, M. A. (Org.). *Economia e Trabalho*, cap. 13, p. 219-233. Campinas: IE/Unicamp.
- Pochmann, M. (1999). *O trabalho sob fogo cruzado - Exclusão desemprego e precarização no final do século*. São Paulo: Contexto.
- Pochmann, Márcio. (2001). *O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- Remy, M. A. P. A.; Queiroz, S. N. de; Silva Filho, L. A. (2010). "Evolução recente do emprego formal no Brasil - 2000-2008". *Anais do Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Populacionais - ABEP*, Caxambu.
- Santos, L. M. dos; Moreira, I. T. (2006). "Condições do mercado de trabalho no setor de serviços no Nordeste". *Anais do XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais - ABEP*, Caxambu.
- Silva Filho, L. A. (2011). *Mercado de trabalho e estrutura sócio-ocupacional: estudo comparativo entre as regiões metropolitanas de Fortaleza, Recife e Salvador - 2001-2008*. Natal: dissertação de mestrado em Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- Silva Filho, L. A.; Amon-Há, R. (2011). "Perfil do desemprego recente na região metropolitana de Salvador (2001-2008)". *Revista Desenhavia* 15.
- Silva Filho, L. A.; Queiroz, S. N. de. (2009). "A trajetória da indústria e do emprego formal no Ceará 1996/2006". *Anais do XI Encontro Nacional de Estudos do*

Trabalho - ABET, Campinas.

Silva Filho, L. A.; Queiroz, S. N. de. (2011). “Recuperação econômica e emprego formal: avaliação empírica para o Nordeste brasileiro - 2000/2008”. *Revista Perspectiva Econômica* 7(1): 42-54.

Silva Filho, L. A. (2010). “Reestruturação produtiva e desestruturação no mercado de trabalho: análise empírica da indústria têxtil da grande Natal”. *Anais do Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Populacionais - ABEP*, Caxambu.